

SUMÁRIO

<i>AGRADECIMENTOS</i>	V
<i>APRESENTAÇÃO</i>	IX
<i>PREFÁCIO</i>	
<i>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS</i>	XI
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Contextualização do tema e objeto	1
1.2. Abordagem metodológica e metodologia	7
1.3. Tese e Plano de trabalho	10
2. PODER LEGISLATIVO, REPRESENTAÇÃO POLÍTICA E O DESENHO INSTITUCIONAL DO PROCESSO LEGISLATIVO NAS DEMOCRACIAS CONTEMPORÂNEAS	13
2.1. A representação política nas democracias contemporâneas	16
2.1.1. A representação substantiva de Hanna Pitkin.....	17
2.1.2. A função estruturante da democracia representativa baseada em Nadia Urbinati e a crítica à “vontade do povo”	27
2.1.3. Representação política e o caráter deliberativo das democracias contemporâneas.....	33
2.2. Três eixos de modificação pelos quais passou o processo legislativo clássico.....	40
2.2.1. O surgimento da função de Governo e os diversos papéis desempenhados pela lei	41
2.2.2. O aumento da influência do Poder Executivo no processo legislativo.....	44
2.2.3. O comportamento parlamentar: conexão das arenas legislativas, partidárias e eleitorais.....	51
2.3. Processo legislativo e democracia: o desenho institucional como uma das fontes de legitimidade do sistema representativo.....	55
3. PROCESSO LEGISLATIVO COMO PRÁTICA SOCIAL E SUA REGULAÇÃO JURÍDICA: O DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO	63
3.1. A insuficiência da regra da maioria como fundamento do processo legislativo.....	66

3.2. A aproximação dogmática do processo legislativo à teoria geral do processo	72
3.3. O devido processo legislativo como ponto de partida para compreensão das normas sobre elaboração legislativa.....	78
3.3.1. Dimensão regulatório-individual	81
3.3.2. Dimensão regulatório-difusa	87
3.3.3. Dimensão principiológica.....	97
4. OS PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO	109
4.1. Propostas de identificação dos princípios do devido processo legislativo.....	109
4.2. Igualdade política.....	120
4.3. Participação social.....	132
4.4. Publicidade	144
4.5. Deliberação	159
4.6. Eficiência.....	175
5. A ELABORAÇÃO E INICIATIVA DE PROPOSIÇÕES LEGISLATIVAS NO CONGRESSO NACIONAL.....	185
5.1. A elaboração das proposições legislativas: a ausência de uma efetiva política pública legislativo-regulatória.....	188
5.1.1. O alcance restrito da Lei Complementar nº 95, de 1998, e sua regulamentação.....	189
5.1.2. A inexistente Análise de Impacto Legislativo no processo legislativo federal brasileiro.....	198
5.1.3. O art. 113 do ADCT: a exigência constitucional de estimativas de impacto orçamentário-financeiro de proposições legislativas.....	204
5.2. A iniciativa legislativa: autoria e tempo de tramitação.....	212
5.2.1. A autoria das proposições legislativas: o conteúdo jurídico da iniciativa legislativa.....	212
5.2.2. A relação entre autoria, tempo de tramitação e arquivamento das proposições legislativas	227
6. DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL	239

6.1. O processo legislativo nas Comissões.....	241
6.1. A organização dos trabalhos e pareceres das comissões permanentes do Congresso Nacional	244
6.1.2. Participação social institucionalizada nas comissões	262
6.2. Plenário: agenda, emendas, deliberação e votação	275
6.2.1. Agenda e regimes de urgência.....	276
6.2.2. Emendas em Plenário.....	287
6.2.3. Discussão e votação.....	292
6.2.4. Os mecanismos de obstrução das minorias parlamentares.....	304
6.3. A necessária democratização do processo legislativo.....	310
7. CONTROLE JUDICIAL DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO	315
7.1. A ironia do controle judicial de constitucionalidade contemporâneo: forte substancialismo e passivismo procedimental.....	317
7.2. O controle judicial do devido processo legislativo com base em regras constitucionais e a “doutrina brasileira do mandado de segurança”	325
7.3. O controle judicial do devido processo legislativo com base em normas regimentais	341
7.4. A expansão do controle judicial de constitucionalidade diretamente com base nos princípios do devido processo legislativo	357
7.4.1. A criação de regras constitucionais sobre etapas específicas do processo legislativo	362
7.4.2. A avaliação do processo legislativo “como um todo”	371
7.4.3. Controle dos argumentos apresentados durante o processo legislativo: “controle semiprocedimental”, proporcionalidade e revisão de fatos e prognoses legislativos	390
8. CONCLUSÃO.....	415
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	423